

A DERROCADA DO PORTA-VOZ: JORNALISMO E TESTEMUNHO NA PÓS-MODERNIDADE

Cristine Gerk
crisgerk@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/9354550059526569>

RESUMO

Este artigo se dedica a analisar as mudanças pelas quais passa o jornalismo em um cenário pós-moderno, sobretudo em uma cultura de valorização de testemunhos. Depois de uma breve descrição do que se entende hoje como pós-modernidade, pretende-se, a partir da contribuição de autores que estudam a época contemporânea e o estímulo ao relato, refletir sobre o papel histórico de mediação do jornalismo e seu lugar de fala, em um contexto em que cada indivíduo, sobretudo na condição de vítima, assume o lugar de porta-voz de si mesmo.

Palavras-chave: testemunho, pós-modernidade; jornalismo

Por séculos, a chance de visibilidade midiática ficou restrita a quem conseguia o aval de um jornalista para ter espaço no papel, na tela ou no som. Hoje, de bit em bit, a fama e a notícia se constroem e navegam cada vez mais sem leme, deixando para trás uma onda de dúvidas sobre antigos modelos de negócios da comunicação e o lugar social do comunicador. O site americano de empregos CareerCast.com¹ incluiu os profissionais de imprensa na lista dos dez mais ameaçados do mundo, ao lado de lenhadores, carteiros e medidores de água e luz. Até 2022, as contratações devem sofrer queda livre. Segundo levantamento feito pelo site Volt, de janeiro de 2012 a junho de 2015, foram contabilizadas pelo menos 1.084 demissões de jornalistas em cerca de 50 redações no Brasil e pelo menos 3.568 demissões gerais em empresas de mídia². O total de registro de novos jornalistas (MTB) vem despencando em todo o país.

1 Disponível em <http://www.careercast.com/>.

2 Disponível em: <<https://medium.com/volt-data-lab/a-conta-dos-passaralhos-953e7e254d4a>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

O cenário não é novidade. Mas enquanto tentamos recontar esta história, que de tão encharcada de presente pode ser definida como uma história do tempo passando (BARBOSA, 2015), é preciso compreender os fenômenos que perpassam o cenário contemporâneo pós-moderno. O ser humano é definido em sua humanidade a partir de seu vínculo com o mundo e este vínculo habitado pelo homem só pode ser visível a partir da memória, do atribuir o nome e do distinguir a diferença.

Debruçada sobre a imprensa carioca na virada do século XIX para o XX e ao longo dos primeiros 20 anos do século XX, Barbosa (2001) mostrou como os jornalistas estabeleceram relações estreitas com a sociedade civil e a sociedade política a partir da língua e a possibilidade de torná-la pública, conquistando adesões, divulgando ideias e fatos. Através de sessões que reuniam cartas e comunicações recebidas pelos leitores, buscavam-se novas peças para também participar do jogo de poder e de dominação na sociedade. Os donos de publicações eram respeitados e temidos ao fazer um jornalismo a pedidos, tornando-se os principais intermediários entre o público e o poder constituído, e recebendo, em troca, favorecimentos para o seu próprio negócio, como maior audiência. Tratava-se de um lugar privilegiado no jogo de domínio na sociedade.

O modelo tradicional de negócio na imprensa, sobretudo escrita, passa por uma revisão. Muitos autores³ tratam da relação entre essas transformações e o maior fluxo de informações através de redes sociais e sites. Mas é importante investigar outras características da pós-modernidade que influenciam no cenário de mudanças nesta atividade profissional. Dentre estes fenômenos típicos da era, destaca-se, neste artigo, a cultura de valorização do testemunho.

Segundo Vaz (2014), passamos hoje de um cenário em que se privilegiava a confissão – forma de discurso autobiográfico decisiva para a constituição da subjetividade desde, ao menos, o Concílio de Trento até a modernidade – para uma era de testemunhos, o novo discurso autobiográfico crucial para a produção da subjetividade contemporânea. Neste contexto, o interlocutor deixa de ser valorizado por ter autoridade e ser capaz de ajudar em um processo secreto de salvação ou cura. Ele passa a ocupar um

3 C.f., por exemplo, DEUZE (2008)

lugar de duplo endereçamento. Quem escuta é um indivíduo qualquer, tolerante e solidário, em uma dinâmica terapêutica que pressupõe a ida ao espaço público, e não o segredo. De acordo com o autor, o silêncio, quando ocorre, é provocado pelo julgamento moral da sociedade ou a imposição de um algoz causador do sofrimento. Desta forma, é valorizado como corajoso aquele que supera o medo e a vergonha e vem a público assumindo lugar de vítima.

Além de ter função terapêutica, já que eleva a autoestima, a exposição pública é considerada um serviço para a sociedade, porque pode evitar que outros passem pelo mesmo problema. Inclusive, muitos interlocutores ressignificam suas experiências a partir da “apropriação de testemunhos de outros indivíduos articulando experiência de vitimização, sofrimento atual e promessa de superação” (VAZ, 2014, p.7).

Diante de um enredo em que todos são estimulados a falar e a fala circula mais facilmente pela internet, não é de se estranhar que haja impactos na prática profissional jornalística. Entretanto, antes de mergulhar neste aspecto, alvo neste trabalho, interessa esboçar um panorama do que se entende como pós-modernidade. Sumariamente, trata-se de um cenário em que se torna ineficaz o quadro teórico proporcionado pelo filósofo moderno, que elegeu o conhecimento como questão principal. A compreensão do período contemporâneo focaria suas lentes na valorização da eficácia e do consumo, com declínio do sujeito, da representação, do real e, conseqüentemente, da História.

Lytard (1986) definiu a pós-modernidade como o “estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (1986, p.15). Haveria, segundo os pós-modernos, uma predileção atual pela eficácia tecnológica para o consumo, que pode ser também de pessoas e valores. Na conjuntura moderna, a verdade era encontrada pelo sujeito. Um sujeito diante do real que queria conhecer precisava olhar para seu fundamento, compreendê-lo, saber sua verdade e representá-lo. Na conjuntura pós-moderna, o real ainda existiria, evidentemente, mas teria perdido a capacidade de gerar grande interesse. As grandes narrativas do século 19 para legitimar o real teriam perdido credibilidade, e levado consigo a importância de conceitos como fundamento, verdade, representação, sujeito. O valorizado agora passaria a ser, não a busca de causas, mas a eficácia na

produção de resultados a serem consumidos. D'Amaral (2010) resume que “tornou-se problemático continuar a dizer real, verdade, fundamento como se fossem coisas seguras” (P.2). Eles fariam obstáculo à eficácia.

D'Amaral explica que, para os pós-modernos, o pensamento se liga à eficácia de um mundo crescentemente regido pela fusão entre o saber-saber e o saber-fazer, numa tecno-ciência ou lógica tecno. Na ordem da eficácia, o virtual significaria servir para alguma coisa. O tempo de realização é o futuro, é efeito, não o passado.

A História acabou mesmo. Porque a cultura pós-moderna e as sociedades que nela se organizam, e se beneficiam da aceleração tecnológica e do status da eficácia, precisam não ter antecedentes. (...) O passado como tempo verdadeiro, tempo das causas: esse é o que deve morrer. (D'AMARAL,2010, p.6)

Para o virtual funcionar bem, são simuladas estruturas de real que se parecem com o real, mas são simulacros. A simulação é uma produção que pode ser feita por uma máquina, não necessariamente por um sujeito, que ganharia o status de operador, gerando uma crise de representação. Antes, o sujeito, com sua consciência e amparado no fundamento, se dedicava a representar o real, e a partir dessa representação, extrair a verdade. No século 20, segundo os pós-modernos, o acaso ganha destaque, e a verdade não é a consideração principal. A incredulidade perante o discurso filosófico atacaria suas pretensões atemporais e universalizantes.

Haveria, nesse contexto, uma tendência ao relativismo, e não ao absoluto. A produção de sentido passaria ao consumo de informação. A ciência abriria mão da sua capacidade de determinar e provar o real para focar na eficácia. Os pós-modernos alegam que a história pertence à causa, ao passado, e a relação de causalidade no presente não interessaria. O que interessa é o futuro, lugar da virtualidade e das apostas. D'Amaral (2010) explica que embora ainda se espere que um telejornal ou um político falem a verdade, é preconizada a necessidade de levar em consideração os contextos, os pontos de vista. A verdade não é tão absoluta quanto já foi considerada.

O cenário pós-moderno, com sua face informacional, desqualifica o saber científico. A ciência passa a ser uma forma de organizar e distribuir informações; um conjunto de mensagens possível de ser traduzido em bits de informação. O que está em questão não

é a verdade, mas o desempenho, localizar o erro para aumentar a eficácia. D’Amaral resume esta questão lembrando que a cultura ocidental funcionou durante dois milênios e meio perguntando pelo motivo de serem as coisas, mas o século XX “teria interditado o pleno vigor dessa proposta” (2010, p.3). E as coisas foram deixando de ser avaliadas por suas causas (menos interessantes) e sim pela sua capacidade de produzir efeitos.

(...) sem fundamento, o real seria sem fundo, não se sustentaria na sua qualidade de real mesmo. De novo é preciso matizar. Não se pensa, menos ainda se diz, que não há o real, seja ele o que for. Diz-se que o que meramente subsiste, e na subsistência se esgota, tornou-se também desinteressante. Dispomos hoje do virtual, conjunto de potências de realização, titular de ilimitadas possibilidades, coisa muito mais rica e produtiva do que o velho real, desertado, aliás, há muito tempo, desde, pelo menos, Descartes. Essa desertificação do real nem é mesmo uma invenção pós-moderna: é uma pacífica constatação. (D’AMARAL, 2010, p.4)

Na sua análise da construção do real na pós-modernidade, Debord (1997) define as condições atuais de produção como uma acumulação de espetáculos, em que tudo vivido se esvai na “fumaça da representação” (p.13). O espetáculo seria o modelo da vida socialmente dominante, calcado no monopólio da aparência (o que aparece é bom, o que é bom aparece). O mundo real se converteria em simples imagens.

“O espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a materialidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente”. (DEBORD, 1997, p.16)

Neste universo com cada vez mais informação, há cada vez menos sentido, segundo Baudrillard (1992), pois “em vez de fazer comunicar, esgota-se na encenação da comunicação” (p.105), por trás da qual a desestruturação do real é reforçada. Para o autor, o médium caiu na indiferença característica dos sistemas atuais de juízo e valor.

Numa palavra, Medium is message não significa apenas o fim da mensagem mas também o fim do médium. Já não há media no sentido literal do termo (refiro-me sobretudo aos media eletrônicos de massas) – isto é, instância mediadora de uma realidade para uma outra, de um estado do real para outro (BAUDRILLARD, 1992, p.108)

Baudrillard argumenta que estamos vivendo uma absorção de todos os modos de expressões virtuais no da publicidade. Todas as formas culturais absorvem-se neste porque não tem profundidade, é instantâneo, e instantaneamente esquecido. A forma publicitária é sem passado nem futuro, com um modo operacional simplificado, sedutor e consensual (BAUDRILLARD, 1992, p.213). Em outra linha de raciocínio, porém com o mesmo viés crítico, Lyotard (1986) alega que existem hoje muitos jogos de linguagem diferentes, mas “o critério da operatividade é tecnológico, e não o pertinente para julgar o verdadeiro e o justo” (p.17). Espera-se uma exteriorização do saber, cada vez mais produzido para ser vendido, em relação ao sujeito que sabe. O enfoque para o consumo e a publicidade podem não tornar vital o papel do “sujeito que sabe” jornalista, como intermediário entre o acontecimento e o público, e “caçador” da verdade.

Em um contexto pós-moderno, a sociedade só progride se as mensagens que nela circulam forem “ricas em informação e fáceis de decodificar” (LYOTARD, 1986, pg.6). Neste esforço, até o Estado apareceria como um fator de ruído para uma ideologia da transparência comunicacional, ligada à comercialização de saberes. Os conhecimentos existiriam sempre para otimizar performances. E o sujeito buscaria se emancipar de tudo que o impede de governar a si mesmo. O jornalista pode ser encarado como mais um fator de ruído e ingerência para essa informação “desgovernada”.

As instituições e tradições históricas perdem seu atrativo na pós-modernidade. Nesta leva, pode-se considerar o impacto nas instituições jornalísticas. Cada qual estaria entregue a si mesmo, mas colocado sobre os “nós” dos circuitos da comunicação, dentro dos limites que mantenham ou melhorem as performances do sistema, é claro. Lyotard destaca que há uma “preeminência da forma narrativa na formulação do saber tradicional” e que “o relato é a forma por excelência deste saber” (1986, p.37). De acordo com o autor, o que se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social, a partir das competências saber-dizer, saber-ouvir e saber-fazer. Definem o que se tem direito de dizer e fazer na cultura.

Embora às vezes pareça se reportar ao passado, o relato sempre é contemporâneo a ele. Em uma cultura que concede a preeminência à forma narrativa, “sem dúvida não tem mais necessidade de procedimentos especiais para autorizar seus relatos”

(LYOTARD, 1986, p.41). Qualquer um está autorizado a expor fatos e visões de mundo. Não precisa ser jornalista, nem recorrer à argumentação ou à administração de provas. A ciência passaria por uma crise, pela deslegitimação do saber. Um exemplo é que em vez de uma hierarquia, há uma rede rasa de investigações por institutos e fundações de todo tipo, não só universidades. Assim como há uma rede de fontes informacionais, não necessariamente uma instituição jornalística de prestígio e peso histórico.

A partir da década de 1980, quando foi revisado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, na sigla em inglês 11 DSM III, a vítima ganhou novo estatuto social. Fassin (2007) mostra este percurso histórico que culminou com o reconhecimento da autoridade do testemunho de quem passou por um trauma e como essa narrativa se transforma em verdade, até pelo surgimento de políticas de reparação do sofrimento.

Cada vez mais, o sofrimento no presente é vinculado a um evento no passado que deixou marcas no interior da vítima. A experiência traumática é cada vez mais plural: abrange desde eventos-limite, como desastres e assassinatos, até situações cotidianas, vividas diretamente ou observadas. E a forma de comunicar este trauma é o testemunho, que se liga a uma reconfiguração do público e privado, a partir do momento em que pressupõe um compartilhamento de emoções. Há uma demanda por atribuir ao que sofre o papel social da vítima, mobilizando aparatos institucional, jurídico e simbólico. O espaço onde esses relatos circulam e ganham visibilidade é, na maioria das vezes, o virtual.

Em um cenário pós-moderno, em que o futuro é o lugar do risco evitável, e não do progresso ou da cura, como foi na modernidade, a proliferação de relatos se torna operacional. A partir de uma coleção de possibilidades arriscadas e o medo do “contágio”, o operador, antes sujeito, pode elaborar a estratégia mais segura e estável para evitar perigos que já vitimaram outros. Neste novo contexto, o passado não precisa mais ser superado e esquecido, e sim lembrado, mas apenas para servir como modelo de alerta com experiências de sofrimento que fundam as identidades individual e coletiva. Ao ouvir o relato alheio, inclusive se redefine o próprio passado, a partir de novos enquadramentos disponíveis no presente. A vítima que vem à público poderia ser cada um de nós, e a autoridade de seu relato não mais perpassa, por exemplo, o jornalista.

Como explica Hacking (1995), um indivíduo se comporta e pensa de acordo com o disponível na sua cultura, as possibilidades dependem dos conceitos, valorizações e descrições do coletivo. Logo, não se pode deixar de refletir sobre os impactos da conjuntura atual no papel histórico do jornalismo. “O Narrador”, de Benjamin (2010), introduz uma discussão acerca da passagem dos paradigmas da modernidade e sua relação com o tradicional. Sustenta que o avanço da cultura moderna, a busca pelo progresso, torna irremediável o desaparecimento da figura clássica do narrador, do contador de histórias que muito se aproxima da narrativa da história oral. No ambiente pós-moderno, vigora a noção de uma autoridade da experiência, e não mais um “condutor de consciência” (FOUCAULT, 2004). O narrador vira um protagonista mais verdadeiro que qualquer outro. A partir das novas tecnologias, é possível exercer este papel sem mediação alguma. E mais: é desejável fazê-lo, no sentido de que se compreende que falar empodera.

O testemunho valorizado é cheio de fatos bem descritos, para dar uma dimensão realista à narrativa (SARLO, 2007, p.50). É o lugar da vítima de um outro, a contrário da confissão, que seria o lugar de um agente reflexivo sobre seu próprio comportamento. A partir de um princípio de presunção da inocência do narrador, quem desconfia de um testemunho é visto como sem compaixão ou preconceituoso (VAZ, 2014, p.5).

A credibilidade é defendida por Sodré (2009) como o principal capital simbólico do jornalista, que parte de uma espécie de pacto estabelecido entre o profissional de imprensa e o leitor. “A credibilidade decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha” (SODRÉ, 2009, p.48). Esse lugar, porém,   deslocado, no cenário atual, para o leitor. O jornalista parece abrir mão recorrentemente deste lugar do testemunho, delegado ao público, e atuar como uma espécie de controlador de testemunhos alheios. O testemunho se deslocaria para a fonte. Paradoxalmente, isto nem sempre aumenta a credibilidade dos relatos, tendo em vista que a imprensa vive uma crise nesse sentido.

Jean de La Bruyère (1847) definiu que “le contraire des bruits qui courent des affaires ou des personnes est souvent la vérité”⁴. Revelar essa verdade seria o papel do jornalista clássico, a partir de sua autoridade moral. Porém, o grande número de relatos parecidos, circulando hoje na internet, rotineiramente passa a ser sinal de que algo é verdadeiro. O lugar da fofoca é revisto e resignificado. A fofoca passa a ser a notícia, é outro critério de estabelecimento da verdade, cada vez menos investigada, como vimos.

A partir desta reconfiguração do lugar da fala, poderia se pensar que o papel de mediador do jornalista seria afetado em um ambiente em que todos podem falar, e o testemunho é terceirizado. O antídoto para esse deslocamento no papel do jornalista testemunha, segundo a proposta de Sodré (2009), estaria na qualidade da notícia garantida pelo estatuto jornalístico, devendo a imprensa ter a capacidade de complementar as informações diante de uma nova lógica, quando se desloca para o receptor grande parte do poder de pautar os acontecimentos. Ele questiona, porém, na atual circulação da informação (em tempo real e com fluxo contínuo), se os tradicionais produtores do texto jornalístico ainda podem determinar o que   ou não notícia.

Em outra linha de raciocínio, Moretzsohn (2014) alerta que aceitar a possibilidade de elimina o da media o exercida pelo jornalista implica supor que se o “povo” falar, ele falar  com sua “própria” voz, o que não   bem assim. A media o jornalística pode ser reforçada a partir da incorpora o do formato jornalístico no próprio discurso “amador”.   importante perceber que o profissional “abraça” e reproduz em seus veículos os relatos de vítimas e sofredores da rede. Basta lembrar como posts de sucesso sobre artistas que superaram traumas e as conhecidas “histórias de supera o”, por exemplo, rapidamente ganham destaque midiático, em um processo de retroalimenta o mútua entre amadores e profissionais e difusão dos testemunhos em todos os canais e formatos.

Fonseca (2013) lembra que o conhecimento produzido pelo jornalismo   mais facilmente assimilável pelo público do que o produzido por especialistas. Assim, o discurso de pessoas comuns nos meios de comunica o pode estar ocupando cada vez mais o estatuto de verdade antes relegado a especialistas. Entretanto, como qualquer

4 “O contrário das fofocas que correm sobre assuntos e pessoas   sempre a verdade” (DE LA BRUY RE, 1847, tradu o nossa).

forma de conhecimento, o produzido pelo jornalismo é condicionado histórica e culturalmente pelo contexto e subjetivamente pelos que participam da produção. Mas a notícia é apresentada como se fosse a realidade, sobretudo se legitimada por recursos audiovisuais e relatos. O público não tem acesso aos critérios de relevância que ajudaram o jornalista a construir essa versão da realidade.

Através de vídeos e imagens enviados por leitores e veiculados nas páginas jornalísticas, nota-se um reforço deste denominado “efeito-testemunha”. Ele abarca a percepção do próprio público como um provável informante, já que está em presença do que é relatado. Identifica o poder de capturar a imagem e transmiti-la como informação fidedigna. É importante entender esta produção de testemunhos revestidos de uma ideia de verdade, já que são envelopados de provas sob a forma de imagem. Os vídeos e fotos são considerados provas indiscutíveis, mas são produções subjetivas: há ângulos e pontos de vista.

Reduz-se a distância entre experiência e representação para se criar certa ilusão de tempo compartilhado. Trata-se de um tempo comunicacional que explora sobretudo o estando agora, mas numa superfície que vai do nascimento à morte (presente estendido). Neste agora compartilhado, cria-se, via aparatos comunicacionais, a ideia de que eu e o outro compartilhamos o mesmo tempo, e, portanto, vivemos a mesma vida. O tempo ultrapresente da comunicação cria a ilusão do tempo compartilhado.

Sarlo (2007), ao estudar relatos de vítimas e testemunhos sobre o regime de exceção na Argentina e em outros países latinos, mostra como foi fundamental a composição do discurso em primeira pessoa para reconstruir a experiência.

O testemunho, por sua autorrepresentação como verdade de um sujeito que relata sua experiência, exige não ser submetido às regras que se aplicam a outros discursos de intenção referencial, alegando a verdade da experiência, quando não a do sofrimento, que é justamente a que deve ser examinada (SARLO, 2007, p.120).

Essa característica presente na experiência – de que ela mesma produz a verdade vivida – está de maneira exponencial nos vídeos e fotos mandados pelos leitores para os jornais e sites. É a verdade da experiência de cada um, transmutada sob a forma de imagens vistas, capturadas e partilhadas, que produz um discurso desassociado de qualquer referencial, tendo nele mesmo o sentido exacerbado do verdadeiro. É a

experiência que é transportada via mecanismos comunicacionais, sendo ela isenta da dúvida, de questionamentos e investida do efeito verdade apriorístico.

Sarlo (2007) critica o testemunho como um lugar inquestionável na narrativa e, portanto, protegido do ceticismo e da visão crítica. Quando transportado para um texto jornalístico, esse testemunho estabelece novas relações morais e desloca o observador para personagem principal com perspectiva de autoridade, afastando as desconfianças, e se esquecendo dos “atos de memória” e de que só é retratado um lado da história.

Vaz, Sá-Carvalho e Pombo (2005) argumentam que o excesso de imagens de sofrimento veiculadas pela mídia pode causar apatia no telespectador: são tantos relatos, fotos e vídeos que parece que uma dada situação, por exemplo a fome na África, é imutável, está além do alcance da ação da audiência. Além disso, um sofrimento real parece fictício. Os pesquisadores explicam ainda que a mídia constrói uma ideia de sofrimento evitável. Acompanhando as imagens de sofrimento, sempre há uma análise ou questionamento dos erros humanos que poderiam ter evitado aquele fim. A ideia é restringir pessoas ou fatores que sugerem riscos. O contexto social ficaria cada vez menos evidente. Os vídeos de leitores que circulam em redes sociais e veiculados em sites jornalísticos recorrentemente reforçam esse sentido de risco. Em jornais, são mostradas imagens da vítima que revelam uma rotina ou felicidade semelhantes ao do espectador, que também pode perdê-la.

O jornalista é tradicionalmente alguém que vê o outro sofrendo e vai mostrar este sofrimento ao mundo. Trata-se de um sofrimento à distância. No contexto atual, nota-se uma crise da separação entre observador e sofredor. O observador tem que ser sofredor também, bem como a audiência, enquadrada como possíveis sofredores ou sofredores em potencial. O jornalista passa, muitas vezes, a narrar situações em primeira pessoa ou compartilhar dramas pessoais para tentar se adequar ao novo jogo.

Pela rede, circulam testemunhos de todo tipo, compartilhados pelas redes sociais sem necessariamente importar a preocupação com a fonte e as outras versões envolvidas. É a crise do que Zelizer (1992) definiu como a questão central que dá ao jornalista autorização e credibilidade para ter um enunciado especial sobre os acontecimentos: a crença popular que os investe de autoridade, reconhecidos como

observadores acreditáveis no mundo real, constituindo uma autoridade cultural (ZELIZER, 1992, p.2-3). Se a autoridade passa a ser da vítima, o jornalista perde a certeza de um lugar histórico conquistado. Cada vez mais, o jornalismo apresenta versões de verdade, em uma era que não valoriza uma busca pela verdade absoluta. O virtual se consolida como lugar de representação do sujeito.

Não sabemos para onde vai o jornalismo e que rumos serão necessários para manter a profissão valorizada, mas é preciso considerar que o cenário pós-moderno e a cultura dos testemunhos trouxeram mudanças que precisam ser analisadas e entendidas, para propor soluções e reflexões neste campo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. **Desvendando a face do público: 50 anos de imprensa do Rio pelo olhar do leitor**. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

_____. **A pluralidade de modelos interpretativos nas Ciências Humanas e o lugar da Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. No prelo.

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BENJAMIN, W. **O narrador**. In: BENJAMIN, Walter et al. Textos escolhidos. São Paulo: Abril, 1983.

D'AMARAL, Marcio Tavares. **Sobre Tempos e História: O paradoxo pós-moderno**. Artigo publicado em: SANTORO, Fernando; FOGEL, Gilvan; AMARAL, Gisele; SCHUBACK, Márcia C. (Org.). Pensamento no Brasil - Emmanuel Carneiro Leão. 1ed. Rio de Janeiro: Hexis - Fundação Biblioteca Nacional, 2010, v. 1, p. 351-369.

DE LA BRUYÈRE, J. **Les caractères de Theophraste traduits du grec, avec Les caractères, ou, les mœurs de ce siècle**. Paris: Bookking International, 1847.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEUZE, M. **Understanding journalism as newswork: how it changes, and how it remains the same**. Westminster Papers in Communication and Culture, v.5, p.4-23, 2008.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **L'empire du traumatisme: enquête sur la condition de victime**. Paris: Flammarion, 2007.

FONSECA, V.; KUHN, W. **Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n.21, p.57-69 jul/dez 2009.

FOUCAULT, M. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France, 1977-1978 (Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Michel Senellart). Paris: Gallimard/ Seuil (Coll. Hautes études), 2004.

HACKING, I. **Rewritingthesoul:multiple personality and the sciences of memory**. Princeton, New Jersey:Princeton University Press, 1995.

LYOTARD, J-F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. 123.

MORETZSOHN, S. **O jornalismo cidadão e o mito da tecnologia redentora**. Brazilian Journalism Research, v.11, n.2, 2014.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SODRÉ, M. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **O objeto da Comunicação é a vinculação social**. Revista Pensamento Comunicacional Latino Americano – PCLA, São Paulo, v.3, n,1, out/dez 2001. Entrevista concedida a Desirée Rabelo.

VAZ, P. **Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais**. Revista Famecos, Porto Alegre, v.18, n.1, p.212-234, jan./abr. 2011.

VAZ, P.; SÁ-CARVALHO, C.; POMBO, M.. **Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime**. E-Compós, Brasília, v.4, 2005.

VAZ, P; SANTOS, A. & ANDRADE. P. H. **Testemunho e Subjetividade Contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência**. Juiz de Fora: Lumina (online), 2014, v. 8, p. 1-33.

ZELIZER, Barbie. **Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

SOBRE A AUTORA:

Possui graduação e mestrado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, faz doutorado em Mídias e Mediações Socioculturais pela mesma instituição e é editora-assistente do Jornal Extra, do Rio de Janeiro. Trabalha em redações de jornais há dez anos, tendo sido editora do Jornal do Brasil e do Jornal O Dia.